

O EDIFÍCIO DA ACADEMIA REAL DA MARINHA E COMÉRCIO DO PORTO. NÓTULAS DE INVESTIGAÇÃO.

Regina ANACLETO*

Em 1803, D. João VI, então já regente do reino, criou, no Porto, a Academia Real da Marinha e Comércio, estabelecimento de ensino que, em 1837, por ordem de D. Maria II e sob proposta de Manuel da Silva Passos, a quem apelidavam *homem das bouças*, passou a denominar-se Academia Politécnica.

Logo após a fundação, o futuro monarca deve ter encarregado José da Costa e Silva, arquitecto das Obras Públicas, de riscar um edifício onde funcionasse a instituição; o novo imóvel, que se ergueria um pouco fora de portas, confrontava a norte com o Largo da Feira do Pão, a sul com o Largo do Anjo, a nascente com a rua entre o Recolhimento do Anjo e o Colégio dos Meninos Órfãos e a poente com a rua do Passeio (ou calçada).

Costa e Silva parte em 1769, por ordem de D. José, para Bolonha, a fim de estudar arquitectura civil na Academia Clementina, onde ganha vários prémios e acaba por ser nomeado académico de mérito.

Reconhecendo que 'saber ver' era absolutamente necessário para caminhar, de forma segura, no mundo da arte, aproveita a sua estada em Itália para viajar por várias cidades, tendo, como ele próprio escreve, admirado obras de Palladio, o palácio de Caserta, a arquitectura da cidade dos Papas e as ruínas romanas então a serem descobertas e valorizadas; já no final da sua formação, apresenta o projecto de um palácio real à romana Academia de S. Lucas, facto que lhe permitiu ser considerado sócio de mérito daquela prestigiosa escola.

Regressa a Portugal em 1780 e, na capital, pouco a pouco, mas de forma segura, firma os seus créditos como arquitecto, utilizando sempre uma linguagem próxima dos parâmetros italianos; em Fevereiro de 1788, era já professor de Arquitectura Civil na Aula Régia de Arquitectura, criada por D. Maria I através do alvará de 23 de Agosto de 1781.

A primeira grande encomenda surge em 1789, quando o visconde de Cerveira, ministro da Fazenda, o encarrega de riscar o edifício do Erário Régio, que se devia construir no Alto da Cotovia, próximo do Colégio dos Nobres e da Fábrica das sedas. Contrariamente ao que se verificara no Porto e em Coimbra, onde o neoclassicismo já há muito havia feito a sua aparição, este é o primeiro edifício público a ser planeado na capital dentro dos novos cânones arquitectónicos. Segue-se-lhe, por encomenda de um grupo de capitalistas, o Teatro de S. Carlos e por ordem de D. Maria Francisca Benedita, o Hospital dos Inválidos, que se devia erguer em Runa, nas proximidades de Torres Vedras.

Mais tarde, culminando um longo processo que não interessa aqui analisar, torna-se, de parceria com Francisco Xavier Fabri, responsável pela imensa e inacabada fábrica do Paço de Nossa Senhora da Ajuda.

D. João VI, que partira para o Brasil em 1807, lá do outro lado do oceano, lembrava-se dos bons serviços do arquitecto português e, em 1811, ordena-lhe que se transfira com a família para a corte do Rio de Janeiro.

Chegado um ano depois a Terras de Santa Cruz, já com 65 anos de idade, colabora nas muitas transformações, restauros e acrescentos então em curso, mas risca de raiz poucos edifícios, até porque, naquele momento e na corte portuguesa, deviam ser necessários mais 'remendos' do que planificações de grande fundo.

Contudo, a peça da sua autoria mais relevante é a varanda que se construiu no terreiro do paço dos antigos governadores, destinada à cerimónia de aclamação do rei D. João VI, acontecida em Fevereiro de 1818.

O arquitecto, que morre no ano seguinte, vendeu aos poderes públicos do Rio de Janeiro as suas colecções de desenhos, de pinturas, de estampas, de camafeus, de moldes, bem como os livros.

Mas o alarife escolhido por D. João VI para riscar a Real Academia da Marinha e Comércio, residia na capital e projectou o edifício sem ter tomado contacto físico com a realidade portuense, partindo apenas de uma planta topográfica que lhe fora fornecida, longe da interpenetração artista-meio ambiente, facto que se vai repercutir na estrutura física do imóvel.

Vivia já na Cidade Invicta o Capitão do Real Corpo de Engenharia, Carlos Luís Ferreira da Cruz Amarante, que avalizou no norte do país, e mais concretamente em Braga, o desenvolvimento de um foco arquitectónico neoclássico de raiz italianizante assente em pressupostos da Antiguidade.

Não sabemos como se processou a sua formação artística, pois, numa primeira fase, seguiu os estudos eclesiásticos, tornando-se, de seguida, engenheiro militar; mas pode pensar-se que foi influenciado pelos tratados de arquitectura setecentistas e pelos desenhos de "vedutae", quiçá saídos do lápis de Piranesi ou de outros gravadores italianos seus contemporâneos, existentes na biblioteca do arcebispo D. Gaspar de Bragança, "Menino de Palhavã", a que facilmente tinha acesso, até porque era "porteiro da câmara" do mitrado.

Os primeiros trabalhos de arquitectura que Amarante leva a cabo na cidade bracarense, relacionam-se com residências particulares, mas, em 1781, depois de concurso aberto pela irmandade do Bom Jesus do Monte, a igreja que riscou, já classicizante, mas ainda portadora de elementos retirados das gramáticas barroca e rococó, acaba por ser escolhida.

Após a sua partida para o Porto, já segundo-tenente do Real Corpo de Engenheiros (c. 1792), os projectos arquitectónicos amarantinos tornam-se mais puristas, como acontece com a igreja da Ordem Terceira da Trindade.

A história da construção do edifício onde actualmente funciona a Faculdade de Ciências, encontra-se ainda em aberto, mas sabe-se que foi inicialmente projectado por Costa e Silva, com posterior intervenção de Cruz Amarante e de outros.

Ao pesquisar, no Brasil, os papéis que se encontram em depósito no Arquivo Público Nacional do Rio de Janeiro, pertencentes ao arquitecto nascido em 1747 na Vila de Povos, deparei-me com uma "representação" assinada por Amarante e datada de 12 de Janeiro de 1804, desconhecida, mas relacionada com a futura Academia Politécnica [Documento 1].

Faz todo o sentido que o engenheiro militar, vivendo paredes meias com a realidade, fosse "consultado sobre o melhoramento, que poderia ter este Edefício" e expresse no documento a sua não concordância com a irregularidade do imóvel, embora aceitasse que "o desenho q para ella fez o Architecto, he segundo as regras, e de bom gosto, a decoração das suas Fachadas he Magestoza, e a distribuição interior he muito bem

arranjada”; julgava, contudo, que “se o Autor deste desenho vije elle proprio o terreno” não aceitaria os limites propostos e, por isso, para além de sugerir algumas modificações, levantou uma planta que se destinava a mostrar a asfixia do “Estabelecimento da Real Academia da Marinha, e Comercio”.

No texto em causa, o Capitão do Real Corpo de Engenheiros dá-nos a conhecer, para além de outros aspectos relevantes, os *curricula* da casa, a composição do corpo docente e as necessidades logísticas do estabelecimento de ensino; como as descobertas científicas surgiam, no século XIX e tendo em conta as devidas proporções, ao mesmo ritmo dos progressos informáticos actuais, sugere a necessidade de se fazer levantar um observatório astronómico que, afinal, não saiu do papel.

Como se constata depois da leitura do parecer, Carlos Amarante, em 1804, não teve qualquer interferência no projecto dos alçados. A sua intervenção limita-se a fornecer a Costa e Silva pistas para racionalizar e rentabilizar os espaços interiores, bem como uma nova carta topográfica que lhe permitisse regularizar a planta.

Neste contexto concreto, torna-se difícil manter a ligação que René Taylor faz, aproximando a fachada norte da Academia Real da Marinha e Comércio, com o alçado sul do hospital de Santo António, tanto porque a formação de Costa e Silva e a sua permanência na capital, sem jamais se ter deslocado ao Porto, como os trabalhos conhecidos da responsabilidade do arquitecto nortenho, não permitem tal ilação; contudo, não é lícito afirmar que, por via do arrastamento da construção da Academia ao longo de quase um século, com a sequente intervenção de várias mãos, se não possa aceitar o reflexo da fábrica de John Carr.

Na feitura da Academia, entrou o saber e o gosto de muita gente. Em 1807, Carlos Amarante desenha plantas e alçados; resta saber, nesta data, com Costa e Silva ainda em Lisboa, quais os elementos que o bracarense aproveitou dos projectos primitivos, em que medida os alterou, ou até mesmo se se terá limitado a elaborar meras cópias.

No ano de 1817 a Junta Inspectoria da Academia Real da Marinha e Comércio envia [Documento 2], a fim de ser apresentada ao rei, as plantas e projectos de emenda do edifício, onde “se tem trabalhado effectivamente até ao ponto angular”.

Em 1833, e sabê-mo-lo através de dois desenhos de J. C. Vitória Vila-Nova, o edifício da Academia da Marinha encontrava-se inconcluso, para não dizer que se levantava pouco acima dos alicerces.

Mais tarde, Gustavo Adolfo Gonçalves e Sousa (1862), o mesmo artista que foi responsável pelo projecto do magnífico e sumptuoso salão neo-árabe da Associação Comercial do Porto, não se exime a traçar alçados e plantas relacionados com o imóvel; certamente que o faz, porque o edifício se encontrava longe da conclusão.

Falta, e urge elaborar um estudo sério que permita ficar a conhecer, com rigor científico, um imóvel com a envergadura e com a força que emanam das fachadas sóbrias e austeras da antiga Academia Real da Marinha e Comércio; estas nótulas mais não pretendem ser, nem são, do que um pequeno contributo.

DOCUMENTOS

DOCUMENTO I

1804, Janeiro, 12, Porto — Carlos Amarante tece algumas considerações acerca do edifício projectado por José da Costa e Silva destinado a albergar a Real Academia de Marinha e Comércio do Porto.

[Arquivo Público Nacional do Rio de Janeiro, *Negócios de Portugal*, Caixa 620, Pacote 4, Documento 5. Inédito.]

[*espaço em branco*] Será para sentir, que huma obra de tanta concidera / ção qual he a que vay a erigir-se perto ao Collegio dos Meninos Orfaons, para / o Estabelecimento da Real Academia da Marinha, e Comercio desta Cidade do / Porto, nos deixe para o futuro a Magoa de não ter sido construida com aquella regulari / dade, que exigem os Edeficios de similhante Natureza. O desenho q para ella fez / o Architecto, he segundo as regras, e de bom gosto, a decoração das suas Fachadas he / Magestoza, e a distribuição interior he muito bem arranjada, nem o Terreno propos / to sería talvez susceptivel de outra melhor, porem se o Autor deste desenho vije elle / proprio o terreno, e que tinha p.^a onde se alargar, he provavel estendeJe as suas idey / as, sem sujeitar-se a hum Plano irregular, de cujo se lhe deu huma simples Planta / e sem aquellas explicaçonens, que lhe eram necessarias, e por esta Reção, he de crer, que se (...) / contiveJe nos limites, que lhe forão prescritos. Porem como fuy consultado sobre / o milhoramento, q poderia ter este Edeficio, vi as Plantas, eobjervei, que huma das / suas principaes Fachadas formava hum angulo obtuzo, cauzado pella direcção / obliqua de huma calçada acompanhada de duas fillas de arvores, de nenh-ua esti / ma, e pouca duração, com alg-uas Cazas no principio, e quasi todas insignificantes. / Nottei que h-ua destas fillas de arvores fazia hum dos lados de h-ua Praça quadra / da, formada por outras iguaes, e similhantes arvores, das quais se achão muitas ja / totalmente Secas, e outras esperando em breve a mesma sorte. Vi finalmente que o pro / jectado Edeficio ficava sofocado com as mencionadas Cazas, que lhe são fronteiras; medi / ando unicamente entre ellas, e o Edeficio, o curto espaço de quarenta palmos, como bem / se mostra na Planta, que levantei, não somente para este fim, como tambem para / fazer ver a Nova direcção, que pode, e deve dar-se á Calçada, que motiva a irregularid.^e / do terreno destinado para o Novo edeficio, pois com esta mudança, e demulção das Re / feridas Cazas, pode a Obra formar hum quadrilatero, como na Planta se mostra, em Côr / azul com as letras A, B, C, D; desta maneira se pode aumentar a grandeza de algumas / das Aulas, e acrescentar as Cazas ~q são necessarias nesta Academia, como são, huma / grande salla p.^a os Actos do Costume; e depende de mayor altura, pella sua gran / deza pode comprehender nella os Mezaninos, e em sua correspondencia tribunas, como he / costume em similhantes Sallas; huma Caça de Livraria, duas Sallas, huma para se / cretaria, outra p.^a consistorio, ou conferencias; hum grande Sallaõ em que devem // estar dous Navios, hum de trez mastros, e outro de dous, ou huma Salla p.^a hum, cu / jos servem p.^a instruires aos Aulistas nas Manobras. [*parágrafo*] / [*dois terços da linha em branco*] Esta Academia se compoem / de dez Lentes, a saber; de Mathematica trez, de 1.^o de 2.^o e de 3.^o Anno, e virá a ter de 4.^o / Anno; hum da Lingua Franceza; outro da Ingleza; estes são os ~q tem mayor Numero / de disciplos: a de Comercio anda em pouco mais de Ametade; Filozofia a quar / ta parte; a de Desenho requer a mesma acomodação, que

trazia o primeiro projecto, porem / o seu lugar não pode ser o mesmo, por não poder receber luz do Norte, mas se poderá / acomodar na frente oposta á quella em que vinha, pois que este Novo Edeficio he superi / or em altura aos Dormitorios do Collegio, e desta parte receberá luz do Norte; a de Agri / cultura por ora está por prover, e não se sabe o Numero de Discipulos ~q vir' r a ter: a estas Au / las se aggregou huma de primeiras letras, a que concorrem toda a qualidade de Rapazes, ~q / não devem Misturar-se com os Aulistas, por cuja rezão me lembro, ~q a sua Aula deve ser / no Pavimento terreo, e o seu lugar junto á Portaria e torre do Collegio, abrindo-se pota dentro / da mesma Portaria p. a servidão da mesma Aula, pella qual se podem sergvir os meninos / deste Collegio que necefitarem da quellas liçoens. [parágrafo] / [dois terços da linha em branco] O Observatorio não pode ficar em fren / te alguma deste Edeficio, pois se exige, que a linha Meridional caya perpendicular em algum / dos seus lados, por cuja Rezão deverá ser no Centro do Pateo que formar a nova obra, para o / ~q se deve demolir a Cozinha do Collegio aqual he terrea e de pouca altura, evitando-se tam / bem desta Maneira o fumo ~q ella ha infalivelm.^{te} de meter pellas janellas do mesmo No / vo Edeficio, a qual se pode arranjar por baixo do mensionado Edeficio, aonde melhor pare / cer ao Architecto; no centro deste Pateo, como ja dice, se poderá formar o Observatorio prin / cipiando por hum Parallelogramo, cujo continuará athe vencer a altura dos telhados, dahi / p.^a sima formará huma torre quadrada, ou Circular, com dous andares de Sallas, a qual / finalizará plana, e com esta torre forma h~ua quadratura, ou hum Circulo, e he form(...) / sobre o mensionado Parallelogramo, a onde este acabar se praticarão dous terraços, hum opos / to ao outro, e da hi p.^a sima continuara a sobredita torre; No centro do parallelogramo po / (...) ser que se acomode a Livraria, fazendo que o seu pavimento procure o nivel de algum dos / Patins, que formar a principal escada, de sorte, que fique inferior ao Plano Nobre, pois / desta // forma ficará mais livre do barulho dos Estudantes, e independente das Aulas, e se pode / arranjar por sima outra qualquer Caza, ~q muito parecer ao Architecto, h~ua vez que tem / bastante altura athe ás Sallas do Observatorio. [parágrafo] / [dois terços da linha em branco] Como os Lentes são dez, julgo bastarão / Cinco athe Seis Aulas, visto que huns Lem de manhã, e outros de tarde, e ainda a] / im mesmo será necefario praticar algumas dellas nas Mezanines, por não dar o ter / reno lugar a serem todas no Plano Nobre, mas esta distribuição pertence ao Archi / tecto, e não amim. [parágrafo] / Lembro-me tambem dizer, que a Simalha principal da Igreja, e tor / re do Collegio está na altura de settenta, e trez palmos e meyo, contados desde o Pavi / mento, ou Nivel da Calçada ao sobreleito da referida Simalha, e como o Novo Ede / ficio tem quazi amesma altura, e vay ligar com a torre, parece não fará muito agra / davel vista se hã desmentir da outra, e muito mais sendo em poucos palmos: não me / ocorre circumstancia alguma, que podesse escapar-me, á qual, com avizo seu, satisfarei, cabendo nos limites da / minha curta inteligencia. Quartel do Porto em 12 de Janeiro de 1804 [assinado] Carlos Luiz Ferreira da Cruz Amarante. / Capitão do Real Corpo de Engenheiros

